

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a formação de registro de preços para eventual e futura **contratação de empresa(s) seguradora(s), devidamente autorizada(s) pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, especializada na prestação dos serviços de seguro total de veículos vinculados à frota da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru/PE, abrangendo cobertura compreensiva (colisão, incêndio, furto e roubo), responsabilidade civil obrigatória – RCO (danos materiais e corporais a terceiros), acidentes pessoais por passageiros – APP, e assistência 24 horas,** conforme condições, especificações técnicas, exigências e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, em consonância com o Decreto Municipal nº 009, de 17 de janeiro de 2024, e com os artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

##### 2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.1.** A presente contratação justifica-se pela imperiosa necessidade de garantir a continuidade e a regularidade do serviço público de transporte escolar prestado pela rede municipal de ensino de Caruaru/PE, especialmente no tocante à segurança dos alunos, servidores e demais ocupantes dos veículos vinculados à Secretaria de Educação e Esportes. Trata-se de providência instrumental para a efetivação do direito fundamental à educação, conforme delineado no art. 6º da Constituição Federal, que inclui a educação e a segurança entre os direitos sociais fundamentais.

**2.1.2.** O direito à educação, para além do simples acesso à vaga escolar, exige a oferta de condições objetivas e seguras que assegurem a permanência e a assiduidade dos estudantes na rede pública. No caso específico de Caruaru, cuja rede atende uma expressiva população estudantil distribuída em áreas urbanas e rurais, a frota de transporte escolar torna-se peça estruturante da política educacional. Por conseguinte, a contratação de seguro veicular representa medida administrativa necessária à proteção da vida, da integridade física e do patrimônio público, valores tutelados constitucionalmente e diretamente ligados ao dever de prestação adequada do serviço público essencial.

**2.1.3.** A obrigatoriedade da contratação de seguros veiculares para transporte escolar decorre, ainda, de normativas estaduais e municipais, bem como da orientação consolidada nos órgãos de controle externo. Trata-se de prática que coaduna com os princípios da prevenção de riscos, da continuidade do serviço público e da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF/88). Ademais, o seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO), o de Acidentes Pessoais por Passageiro (APP) e a cobertura compreensiva (quando cabível) conferem à Administração Pública proteção jurídica, patrimonial e financeira frente a sinistros que podem comprometer a prestação do serviço educacional.

**2.1.4.** A ausência de apólice adequada expõe a Administração a riscos elevados, tanto de ordem financeira quanto jurídica, em caso de acidentes com danos a terceiros, estudantes ou servidores, podendo acarretar, inclusive, responsabilização por omissão. A contratação do seguro total representa, portanto, medida de prudência administrativa e de zelo com o interesse público, sendo fator de mitigação de riscos e garantia de resposta rápida em caso de eventos danosos.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**2.1.5.** Destaca-se que o seguro veicular escolar possui caráter essencialmente preventivo e protetivo, sendo instrumento complementar às obrigações do ente público com a segurança dos estudantes e profissionais da educação, conforme também preconizado nos arts. 53 a 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), os quais impõem ao Poder Público o dever de assegurar à criança e ao adolescente o pleno desenvolvimento, a proteção à vida e à saúde, inclusive nos deslocamentos até a escola.

**2.1.6.** Assim, a contratação do serviço de seguro para os veículos da frota escolar revela-se medida indispensável à continuidade das atividades educacionais com segurança, juridicamente exigível, financeiramente racional e socialmente imprescindível.

**2.1.7.** Por fim, a descrição e toda justificativa pormenorizada para referida contratação encontra-se discriminado no **TÓPICO 02 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, que subsidia sua formalização, tendo como fulcro o evidenciamento da necessidade a ser resolvida, apontando a melhor solução para a administração pública, considerando ainda, a viabilidade técnica e econômica da contratação.

## 2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

**2.2.1.** O quantitativo estimado para a presente contratação foi estabelecido com base na totalidade da frota veicular atualmente vinculada à Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru, composta por **71 (setenta e um) veículos** destinados exclusivamente à execução do serviço de transporte escolar, conforme detalhado no **TÓPICO 7 DESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**.

**2.2.2.** A definição desse quantitativo está alicerçada em critérios técnicos objetivos, resultantes de levantamento in loco da frota, análise documental dos registros patrimoniais e cotejo com os dados operacionais da Secretaria, o que assegura a fidedignidade e a razoabilidade da estimativa. Desse total, **57 veículos são de propriedade do Município e 14 foram cedidos por entes estaduais**, todos utilizados de forma contínua e imprescindível à logística educacional.

**2.2.3.** Para cada veículo foi considerada a necessidade de **apólice individual**, respeitando as especificidades de cobertura exigidas para cada tipologia da frota — **RCO + APP** para veículos próprios e **Compreensiva + RCO + APP** para os veículos cedidos. Essa estratégia se justifica não apenas por critérios técnicos, mas também por fundamentos legais, em especial pelo disposto no art. 11, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração a obrigação de dimensionar adequadamente os objetos contratuais, de modo a evitar tanto o sobrepreço quanto o subdimensionamento, além de garantir a economicidade e a mitigação de riscos.

**2.2.4.** Nesse contexto, a quantidade de apólices a ser contratada se trata de uma projeção **estrategicamente calculada, proporcional à demanda real da frota em operação**, e que visa assegurar a integral proteção do patrimônio público, o resguardo da integridade física dos estudantes e servidores, e o atendimento ininterrupto da política pública educacional.

## 2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

**2.3.1.** A motivação quanto à escolha da solução a ser licitada encontra-se devidamente pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, especialmente no **TÓPICO 5**, no qual se evidenciam as características do objeto, a demanda estimada, as entregas parceladas e a estratégia de contratação mais adequada ao interesse público.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**2.3.2.** Considerando a natureza contínua e recorrente da necessidade de contratação de seguro para os veículos da frota de transporte escolar — medida essencial para a proteção da vida e da integridade física de estudantes e servidores, bem como para a preservação do patrimônio público municipal —, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) revela-se a solução mais vantajosa, em consonância com o art. 40, II, da Lei nº 14.133/2021:

**Art. 40.** O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

**II** - Processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente.

**2.3.3.** Tal escolha se alinha ao tratamento conferido pela nova legislação ao SRP como um procedimento auxiliar, conforme conceituado no art. 6º, inciso XLV, da mesma Lei:

**Art. 6º.** Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

**XLV** - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras.

**2.3.4.** No campo doutrinário, **Rafael Sérgio de Oliveira** destaca que o SRP "possibilita ao gestor público maior racionalidade administrativa, pois permite contratações conforme a efetiva necessidade, evitando o comprometimento imediato de dotações orçamentárias e reduzindo riscos de aquisições superestimadas ou ineficazes".<sup>1</sup>

**2.3.5.** Corroborando esse entendimento, o **Tribunal de Contas da União**, no **Acórdão nº 2.764/2015 – Plenário**, asseverou que:

“O Sistema de Registro de Preços deve ser utilizado pela Administração Pública como instrumento de planejamento e racionalização das contratações, e não apenas como ferramenta para acelerar compras.”

**2.3.6.** No plano normativo local, o art. 4º do **Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024**, estabelece as hipóteses de adoção do SRP, sendo cabível sua utilização quando:

I – houver a necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

(...)

IV – não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

**2.3.7.** Como ensina **Marçal Justen Filho**, “o registro de preços atua como um instrumento de gestão contratual flexível, apto a assegurar maior eficiência na alocação de recursos públicos e evitar a rigidez dos contratos firmados sob previsões incertas”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Oliveira, Rafael Sérgio de. *Comentários à Lei nº 14.133/2021*, 2ª ed., p. 1029

<sup>2</sup> Filho, Marçal Justen. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 2021.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**2.3.8.** A estruturação da contratação por meio de dois lotes distintos — sendo o Lote 1 destinado à contratação de seguros com cobertura RCO + APP para os veículos de propriedade do Município e o Lote 2 destinado aos veículos cedidos por programas estaduais com exigência de cobertura compreensiva + RCO + APP — decorre de uma modelagem técnica que respeita a heterogeneidade da frota, os regimes jurídicos diferenciados de posse e a especificidade da cobertura securitária exigida para cada grupo de veículos. Tal divisão visa garantir maior precisão contratual, permitir a participação de seguradoras especializadas por tipo de apólice e assegurar condições mais vantajosas para a Administração.

**2.3.9.** A segmentação do objeto em dois lotes não compromete a eficiência contratual, tampouco fragiliza o controle da execução. Ao contrário, a adoção de múltiplos lotes respeita o princípio da divisibilidade do objeto (art. 47 da Lei nº 14.133/2021), promovendo maior aderência entre a composição da frota e a estrutura das propostas comerciais, além de garantir isonomia entre os licitantes. Segregando-se as modalidades de cobertura em lotes autônomos, evita-se a formação de pacotes genéricos e pouco competitivos, promovendo um ambiente licitatório mais atrativo e racional.

**2.3.10.** A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Súmula nº 247/TCU) também corrobora essa lógica, ao afirmar que a adjudicação por item ou lote é obrigatória sempre que o objeto for divisível, salvo quando houver prejuízo à economia de escala ou à execução do conjunto. No presente caso, a adoção de dois lotes tecnicamente delimitados, com base no regime de posse e na complexidade da cobertura, garante ganhos operacionais e econômicos, sem prejuízo à integridade do serviço nem à ampla concorrência.

**2.3.11.** Ressalta-se que, por força do disposto no art. 24 do Decreto-Lei nº 73/1966 e no art. 757 do Código Civil, somente poderão participar da licitação seguradoras legalmente autorizadas a operar no território nacional, sob regulação da SUSEP. Esta exigência, de natureza legal e técnica, inviabiliza a reserva de cota para ME/EPP, conforme previsão do art. 3º, §4º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de objeto cuja execução está legalmente restrita a pessoas jurídicas específicas.

**2.3.12.** Por fim, justifica-se a dispensa de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), nos termos do art. 15, §4º, do Decreto Municipal nº 035/2024, uma vez que a demanda a ser contratada é exclusiva da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru, sem a previsão de adesão ou carona por outros órgãos ou entidades da Administração Pública local. Tal medida assegura celeridade processual, alocação eficiente dos recursos e alinhamento com o planejamento institucional da Pasta, respeitando o princípio da economicidade e da adequada programação contratual.

**2.3.13.** Diante o exposto, justifica-se a aquisição do objeto, por meio da deflagração de procedimento licitatório.

### 3. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**3.1.** Os serviços a serem contratados se classificam como de natureza comum, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021 e do art. 2º, incisos I e II do Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**3.2.** A licitação será processada na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tendo como critério de julgamento o **menor preço POR LOTE**, conforme justificativa constante no item 9 do Estudo Técnico Preliminar que subsidia o presente documento.

**3.3.** O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO**.

**3.4.** O objeto será executado por meio do regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

**3.5.** A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

## 4.. DO VALOR REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

### 4.1 VALOR REFERÊNCIA

**4.1.1.** O custo estimado foi apurado a partir de pesquisas de preços conforme preceitua o Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023, realizado pelo departamento de Compras da SAD, em que foi apurado a estimativa do valor em R\$ 233.973,78 (duzentos e trinta e três mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos) conforme demonstrado expressamente no mapa de preços em anexo. Esse procedimento se alinha com os princípios da administração pública, particularmente no que diz respeito à busca pela economicidade e à transparência nos processos licitatórios, como preconizado pela legislação em vigor.

**4.1.2.** O valor estimado constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Prefeitura obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação, portanto a Prefeitura - se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba vista.

**4.1.3.** Os valores unitários estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado anexo.

**4.1.4.** Os custos com transporte, carga e a descarga dos materiais correrão por conta do(s) licitante(s) vencedor(es), devendo constar na proposta, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Prefeitura.

### 4.2 FORMA DE PAGAMENTO

**4.2.1.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**4.2.2.** A nota fiscal (devidamente atestada) deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240.

**4.2.3.** Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito – CND - comprovando regularidade com o INSS;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – comprovando regularidade com o FGTS;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- e) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária.

**4.2.4.** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**4.2.5.** Nenhum pagamento será efetuado antecipadamente.

**4.2.6.** A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada, para correção e nesse caso o prazo será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**4.2.7.** Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

**4.2.8.** A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

### **4.3. Reajuste de Preços**

**4.3.1.** Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do contrato, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais, houver prorrogação contratual, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**4.3.2.** Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), quando for o caso, o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

**4.3.3.** A aceitação da prorrogação contratual sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**4.3.4.** Os custos com transporte, carga e a descarga dos materiais correrão por conta do licitante vencedor, devendo constar na proposta, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente à Prefeitura.

**4.3.5.** Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, inciso II da Lei 14.133/2021 mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s). Mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

### 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**5.1.** Os serviços decorrentes da Contratação serão executados **DE FORMA PARCELADA**, de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Educação de Caruaru, mediante a emissão de ordens de serviço.

**5.2.** A execução do serviço iniciará imediatamente após a emissão de ordem de serviço.

**5.3.** As ordens de Serviço serão expedidas preferencialmente por meio eletrônico;

**5.4.** A apólice será recebida, provisoriamente, pelo setor de Transportes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Caruaru, para verificação da adequação do objeto às especificações exigidas neste Termo de Referência.

**5.5.** Após a verificada a conformidade com as especificações técnicas, a apólice será recebida definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou atesto no documento de cobrança, que será remetido ao setor competente para pagamento.

**5.6.** A prestação do serviço deve ser acompanhada da nota fiscal contendo as especificações do objeto, bem como os quantitativos, preços unitários e o valor total;

**5.7.** O recebimento do objeto estará rigorosamente condicionado à verificação do atendimento às especificações contidas neste Termo de Referência e no Edital da licitação e, à contratada que deixar de prestar os serviços fora das especificações, deverá ser aplicadas as sanções estabelecidas no Termo de Referência e no Edital;

**5.8.** A entrega não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução do objeto contratado, cabendo à contratada sanar quaisquer irregularidades detectadas pelo prazo de garantia estipulado;

**5.9.** A contratante rejeitará no todo ou em parte a entrega do objeto em desacordo com o Edital e com este Instrumento;

**5.10.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

#### 6.1. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**6.1.1.** O prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelece o art. 84. da Lei 14.133/21.

**6.1.2.** Conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, em razão da natureza recorrente da demanda, admite-se, na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que demonstrada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 29, § 3º do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, em consonância com o planejamento da contratação.

### 6.2 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**6.2.1.** A contratante exercerá a fiscalização dos serviços, por meio do gestor e fiscais (administrativos e técnicos), conforme detalhado a seguir, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo ainda, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada, efetuando avaliação periódica do serviço;

**6.2.2. Gestor do contrato:** servidor designado para coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual;

**6.2.3.** Nos termos do art.117 da Lei nº. 14.133 de 2021; durante a vigência contrato, fica designado como gestor do contrato:

**Gestor(a) Titular:** Daniela Pereira dos Passos , Matrícula nº 5609-30.

**Gestor(a) Suplente:** Maísa de Araújo Calixto Alcantara, matrícula nº. 56.076-4

**Fiscal do contrato:** servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato;

**Fiscal Titular:** Lucas Emanuel Pereira de Souza, matrícula nº. 56.023-4

**Fiscal Suplente:** Flávio José Cordeiro de Andrade, Matrícula nº. 56.020-03

**6.2.4.** A contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos serviço prestado e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato;

**6.2.5.** O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

**6.2.6.** As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**6.2.7.** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

### 7. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

**7.1.** Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), haja vista não haver complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

### 8. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO OU CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

**8.1** De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

**8.2.** Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

**8.3.** Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata de contratação comum para empresas atuantes neste mercado, sendo usual a participação de empresas que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante às qualificações técnica e econômico-financeira e demais condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o âmbito de possíveis licitantes.

**8.4** Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

### 9. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**9.1** A contratação do serviço de seguro para frota de transporte escolar e deverá observar integralmente o arcabouço legal vigente, destacando-se:

**a) Constituição Federal:**

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**b) Legislação Federal sobre Proteção à Criança e Adolescente:**

- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

**c) Legislação Federal sobre Trânsito:**

- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro;
- Resolução CONTRAN nº 14/98 e suas alterações;
- Resolução CONTRAN nº 92/99 e suas alterações;
- Resolução CONTRAN nº 168/04 e suas alterações;

**d) Legislação Federal sobre Licitações e Contratos:**

- Lei Federal nº 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

- Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte;

### **e) Decretos Municipais de Regulamentação:**

- Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023 – Regulamenta o artigo 20 da Lei nº 14.133/2021 sobre classificação e enquadramento dos bens de consumo para a administração pública municipal;
- Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024 – Regulamenta o artigo 18 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, dispondo sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito do Município de Caruaru;
- Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023 – Regulamenta o §1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 sobre o procedimento administrativo para definição do valor estimado para aquisições e contratações;
- Decreto nº 033, de 14 de março de 2024 – Regulamenta o art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021, sobre o Plano de Contratações Anual da Administração Pública Municipal;

### **f) Legislação Municipal e Regulamentações Específicas sobre Transporte Escolar:**

- Lei nº 7.126, de 07 de dezembro de 2023 – Regulamenta o Transporte Escolar Público no Município de Caruaru, estabelecendo regras, responsabilidades e diretrizes para a prestação do serviço;
- Lei Municipal nº 5.138/2011 – Regulamenta o Transporte Escolar no município de Caruaru;

### **g) Resoluções:**

- Resolução TC nº 156, de 15 de dezembro de 2021;
- Resolução TC nº 167, de 30 de março de 2022.
- SUSEP nº 354/2007
- CNSEP nº 17/196

## **10. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

### **10.1. Do Aviso de Sinistro e assistência :**

**10.1.2.** A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

**10.1.3.** A central poderá funcionar por e-mail, telefone, serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**10.1.4.** Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**10.1.5.** Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

**10.1.6.** A assistência estender-se-á a todo o território do Estado de Pernambuco, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**10.1.7.** A CONTRATADA deverá possuir representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Caruaru durante todo o período de vigência contratual.

### **10.2. Da Franquia:**

**10.2.1.** A franquia considerada é a obrigatória normal, observando o seguinte:

**10.2.2.** A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

**10.2.3.** Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices. Não devendo exceder o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor de mercado referenciado divulgado pela FIPE, no mês do pregão eletrônico de 2024, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.

**10.2.4.** A Contratada deverá entregar a apólice de seguro na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do CONTRATO;

**10.2.5.** A apólice deverá ser entregue nos seguintes formatos:

**10.2.5.1. Físico** - devendo ser encaminhada para Av. Cícero José Dutra, Sn - Petrópolis, Caruaru - PE, 55030-240, conhecida como antiga FAFICA em atenção ao setor de

Transportes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**10.2.5.2. Digital** - devendo ser encaminhada através do e-mail [gerencia.transporte.edu@caruaru.g12.br](mailto:gerencia.transporte.edu@caruaru.g12.br)

**10.2.6.** A contratada deverá apresentar apólice com cláusulas compatíveis com o Edital e este Termo de Referência.

**10.2.7.** Em caso de sinistro de perda parcial o valor referente a franquia deverá ser pago pela contratante, prioritariamente, a concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**10.2.8.** Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda e/ou explosão.

### **10.3. Dos Sinistros:**

**10.3.1.** Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores.

**10.3.2.** Responsabilidade Civil Obrigatório (RCO – Danos Pessoais e Danos materiais a terceiros).

**10.3.3** Acidentes Pessoais de Passageiros (APP - Em casos de acidentes, garantindo indenização em caso de morte, invalidez permanente ou despesas médicas.)

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**10.3.4.** Cobertura adicional de assistência 24 (vinte e quatro) horas, com os seguintes serviços mínimos: Chaveiro; Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE; Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

### **10.4. Regulação de Sinistro:**

**10.4.1.** Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**10.4.2.** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o Município poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

**10.4.3.** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do Município.

**10.4.4** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

**10.4.5.** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

### **10.5. Da Indenização:**

**10.5.1.** Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

RCO - Danos Materiais: R\$ 100.000,00(cem mil reais);

RCO – Danos Pessoais: R\$ 100.000,00(cem mil reais);

APP Morte: R\$ 10.000,00(dez mil reais);

APP Invalidez Permanente: R\$ 10.000,00(dez mil reais);

Despesa Médico Hospitalares: R\$ 30.000,00(trinta mil reais);

Danos Morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**10.5.2.** Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

**10.5.3.** Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo Município e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

### **10.6. Da Indenização Integral:**

**10.6.1.** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

**10.6.2.** Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**10.6.3.** Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

### **10.7. Da guarda e utilização dos veículos da frota da educação e questionário de avaliação de risco:**

**10.7.1.** Os veículos serão conduzidos por servidores do Municipal de Caruaru/PE e motoristas terceirizados e, enquanto nas dependências da sede, permanecerão recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

**10.7.2.** Não há previsão de quantidade de quilometragem a ser percorrida pelos veículos oficiais da frota da secretaria da educação e esportes durante o período de vigência do seguro.

**10.7.3.** Características individuais dos motoristas, como idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

**10.7.4.** Diante das informações fornecidas nos itens acima e devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto

### **10.8. Do endosso:**

**10.8.1.** Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela prefeitura Municipal de Caruaru e processada pela seguradora, mediante endosso. Dentre elas: a substituição de veículos; a exclusão de veículos; a inclusão de veículos e a correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente.

### **10.9 Da Inclusão e Substituição**

**10.9.1.** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

**10.9.2.** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**10.9.3.** A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de Documento de Arrecadação Municipal, devendo a empresa enviar recibo devidamente quitado ao Município de Caruaru.

**10.9.4.** Caberá a administração, por meio do gestor do contrato, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

### **10.10. Da Exclusão**

**10.10.1.** Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

**10.10.2.** O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será

obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela contratante à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**10.10.3** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período de 30 (trinta) dias.

**10.10.4.** A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada

mediante solicitação de empenho, devendo a CONTRATADA enviar recibo, devidamente quitado, à administração pública.

### **10.11. Do gerenciamento do serviço:**

**10.11.1** O gerenciamento consiste em um conjunto de regras com o objetivo de garantir continuidade e qualidade na condução dos alunos e servidores para as unidades escolares, transportando-os de forma segura.

**10.11.2** A contratante é responsável por fiscalizar, a execução do serviço da seguradora. Os informativos, documentação, as apólices devem ser fornecidos à SEDUC para permitir a avaliação da qualidade dos serviços. Para isso, a contratada deverá seguir as diretrizes específicas em relação à gestão dos seguros. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

## **11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**11.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**11.1.1.** Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

**11.1.1.1.** Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou esse tipo de serviço, com, no mínimo, 20% (vinte por cento) do quantitativo a ser contratado -correspondendo a 14 (catorze) veículos.

**11.1.2.** Poderão ser somados os quantitativos de mais de um atestado para que seja obtido o mínimo do quantitativo licitado, devendo constar a discriminação dos serviços prestados.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**11.1.3.** Os atestados apresentados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64, I da Lei nº 14.133/2021

**11.1.4.** Experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura desta licitação, admitindo-se o somatório de atestados, desde que estes contemplem execuções em períodos distintos. 13.1.4.1. A Administração justifica a necessidade de comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos indicado no subitem

**11.1.4.1.** por se tratar de contratação de serviço contínuo, que poderá ser renovado por um período máximo decenal, como forma de evitar que a Administração contrate empresa inexperiente e que não tenha condições de cumprir o contrato durante todo o seu período, fundamentando tal exigência no art. 107 da Lei nº 14.133/21.

**11.1.4.2.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

**11.1.4.3.** Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem Qualquer outro em desacordo com as exigências do edital.

**11.1.4.4.** As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**11.1.4.5.** A licitante deverá entregar cópia da autorização e registro na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**12.1.** Garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e qualidade, de acordo com o previsto na legislação, as especificações técnicas e demais condições constantes neste Termo de Referência e no Edital;

**12.2** Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamentos de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;

**12.3.** Promover, por sua conta, a cobertura, através de resseguro, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução dos serviços objeto deste termo;

**12.4.** Contratar, por sua conta, todos os resseguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo;

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**12.5.** Executar os serviços objeto do presente termo observando rigorosamente o cumprimento de todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;

**12.6.** Assinar o contrato e manter, durante a vigência da contratação, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com estas obrigações;

**12.7.** - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores;

**12.8.** - Credenciar junto a CONTRATANTE, funcionário (e substituto eventual) que terá disponibilidade imediata de atendimento, receberá as instruções dos responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, cumprirá as solicitações referentes ao objeto do presente edital, bem como prestará as informações e assistência necessárias (inclusive às autoridades competentes) ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual;

**12.9.** Os serviços descritos neste termo devem ser cumpridos pela seguradora em todas as suas especificações imediatamente ao serem solicitados, devendo tais especificações estar corretamente definidas nos sistemas de controle da empresa e seus credenciados, para que não seja necessária a intervenção da seguradora e/ou de seus corretores junto aos credenciados para autorizar serviços contratados;

**12.10.** As obrigações e responsabilidades da CONTRATADA serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de caso fortuito ou força maior, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços ser comunicado, formalmente, a CONTRATANTE, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência;

**12.11.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação necessária solicitada pela fiscalização da CONTRATADA;

**12.12.** Corrigir prontamente, quaisquer erros ou imperfeições na execução do serviço, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Educação;

**12.13.** Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da CONTRATADA;

**12.14.** Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados no art.124, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**12.15.** A CONTRATADA deverá colocar à disposição da contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;

**12.16.** A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;

**12.17.** Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

**12.18.** Havendo a necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**12.19.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme determina o artigo 75, da Lei Federal nº14.133/2021;

**12.20.** Prestar esclarecimentos e informações solicitados pelo CONTRATANTE;

**12.21.** Cientificar o CONTRATANTE de qualquer ocorrência anormal na execução do objeto;

**12.22.** Responder por quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

**12.23.** A CONTRATADA assume exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas, sendo a única responsável por quaisquer danos causados a terceiros e ao CONTRATANTE, pelos atos praticados pelos seus empregados, prepostos ou subordinados, mesmo que tenham sido adotadas medidas preventivas.

**12.24.** Fornecer informações solicitadas, quando requisitada e quando autorizado pelo CONTRATANTE através da **Secretaria Municipal de Educação e Esportes**;

### 13. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**13.1.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

**13.2.** Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços e nas condições e preços pactuados;

**13.3.** Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores na forma da lei;

**13.4.** Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para correção de quaisquer irregularidades encontradas, prestando os esclarecimentos e informações sobre os desajustes ou problemas detectados durante a execução contratual;

**13.5.** Quando cabível, aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato;

**13.6.** Indicar o gestor e os fiscais do contrato;

**13.7.** Fiscalizar o serviço, mantendo todos os contatos com o preposto designado pela CONTRATADA, a quem competirá às providências que se fizerem necessárias;

**13.8.** Fornecer à contratada todas as informações necessárias, inclusive mapas das rotas Municipais, visando propiciar a perfeita execução dos serviços;

**13.9.** Promover, por meio do(s) servidor(es) designado(s) pela Secretaria de Educação e Esportes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, em especial:

**13.10.** Acompanhamento e registro das falhas detectadas na execução do contrato;

**13.11.** Atendimento prioritário das denúncias recebidas para averiguação acerca sua veracidade e tomada de providências;

**13.12.** Atesto das Notas Fiscais da contratada;

**13.12.** Atesto das faturas que comprovem a realização dos serviços, bem como a quilometragem percorrida durante o mês correspondente à aferição efetuada.

**13.14.** Rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências contratuais;

**13.15.** A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta,

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

**13.16.** Demais ações necessárias à efetiva e eficaz prestação dos serviços, de acordo com o critério de conveniência e oportunidade da Administração, considerados pertinentes de acordo com a legislação vigente.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

**14.1** Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

**14.2.** Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru são obrigatórias a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**14.3** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.4** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**14.5.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**14.6.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**14.7.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**14.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**14.9.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**14.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**14.11.** A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**14.12.** Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

**14.13.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

### 15. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO OU CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

**15.1.** Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizam tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

### 16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**16.1.** As despesas correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s);

11000 - Secretaria de Educação e Esportes

11001 - Secretaria de Educação e Esportes

12.361.1202.2.133 - Manutenção do Transporte Escolar do Município.

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 112 - Recursos do PNATE

Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

Fonte de Recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

Fonte de Recurso: 118 - Transferências de Recursos do FNDE - ETI

11000 - Secretaria de Educação e Esportes

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
12.365.1202.2.133 - Manutenção do Transporte Escolar do Município.  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 112 - Recursos do PNATE  
Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação  
Fonte de Recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11002 - FUNDEB  
12.361.1202.2.154 - Manutenção do Transporte Escolar com Recursos do FUNDEB.  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 162 - FUNDEB 30%

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11002 - FUNDEB  
12.365.1202.2.154 - Manutenção do Transporte Escolar com Recursos do FUNDEB.  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 162 - FUNDEB 30%  
Fonte de Recurso: 166 - Complemento da União - VAAT - FUNDEB 30%

### 17. DA PROPOSTA

**17.1.** Deverão ser levados em consideração os elementos a seguir na elaboração das propostas:

**17.1.1.** As propostas deverão ter validade de, no mínimo, **90 (Noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

**17.1.2.** Valor unitário e valor total dos itens, com apenas duas casas decimais após a vírgula;

**17.2.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

### 18. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

**18.1.** A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**18.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

### 19. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESAO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESAO

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**19.1.** Em atendimento ao disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços originada deste Termo de Referência, considerando a racionalização dos processos administrativos e a otimização do uso de recursos públicos.

**19.2.** A possibilidade de adesão justifica-se pela necessidade de garantir eficiência na gestão de compras públicas, permitindo que outros órgãos e entidades interessados usufruam das condições contratuais já estabelecidas. Dessa forma, evita-se a duplicidade de processos licitatórios, promovendo a economicidade, a padronização de (OBJETO) e a otimização dos recursos públicos. Além disso, essa medida fortalece o planejamento estratégico da administração, assegurando a continuidade do fornecimento e a ampliação do acesso a condições vantajosas já pactuadas.

**19.3.** Registre-se que o Tribunal de Contas de Pernambuco, em sessão plenária, sedimentou entendimento quanto à possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços, por outros órgãos e entidades:

É possível haver adesão à ata de registro de preços (carona) de um município gerenciada por órgãos e entidades de outro município, desde que o Sistema de Registro de Preços tenha sido formalizado mediante licitação e sejam observados os limites e requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.770/2023” (TCE/PE, Acórdão nº 299/2024 – Pleno, Processo TCE-PE nº 23100248-8 (Consulta), Relator: Conselheiro-Substituto Carlos Pimentel)

**19.4.** As solicitações de adesão deverão ser formalizadas e submetidas à Secretaria de Educação e Esportes, gerenciadora da Ata de Registro de Preços, acompanhadas da justificativa para a adesão, e enviadas por meio dos canais indicados, telefone (81) pedi 3101-1020) e e-mail (educacao@caruaru.g12.br). O pedido será avaliado e, caso autorizado, deverá respeitar os critérios de compatibilidade e planejamento para garantir o equilíbrio do contrato.

**19.5.** Para o controle e estimativa de quantidades passíveis de aquisição pelos órgãos ou entidades não participantes, deverão ser observados os seguintes limites:

a) A adesão individual de cada órgão ou entidade não participante será limitada a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços;

b) O total de adesões, cumulativamente, não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo inicialmente registrado, garantindo-se a viabilidade operacional e financeira do contrato principal.

**19.6.** O órgão gerenciador se reserva o direito de analisar o impacto das adesões, considerando a garantia de atendimento prioritário às demandas dos órgãos participantes originais, conforme previsto no planejamento da licitação.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

### 20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**20.1.** Ao longo do contrato, a Secretaria de Educação poderá destinar novos veículos de sua propriedade à execução do serviço de transporte escolar objeto do presente Termo de Referência;

**20.2.** Reserva-se a Secretaria de Educação e Esportes, o direito de anular ou revogar a licitação, visando à legalidade do processo, caso necessário;

**20.3.** As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados pelo Pregoeiro, no local e horário indicados no Edital;

**20.4.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente;

**20.5.** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Termo de Referência e do Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

**20.6.** São partes integrantes e indissociáveis deste Termo de Referência os anexos abaixo relacionados:

### 21. Anexo

**21.1 Anexo I** – Quantitativos por lote.

Caruaru, na data da assinatura

**Daniela Pereira dos Passos**  
Gerente de transporte  
Matrícula - 56.093-0

**GERÊNCIA DE TRANSPORTE****ANEXO I- QUANTITATIVO POR LOTE****LOTE 1: SEGURO COBERTURA PARA RCO + APP.**

<b>Nº</b>	<b>PLACA</b>	<b>ANO</b>	<b>MODELO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>TIPO DE COBERTURA EXIGIDA</b>
1	PEY6I94	2010	MICROÔNIBUS CITYCLASS 70C16	Frota própria	RCO + APP
2	PEY3J82	2010	FOZ U VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
3	PEY4B02	2010	FOZ U VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
4	PEY4G22	2010	FOZ U VW 15.192	Frota própria	RCO + APP
5	PEY4H62	2010	FOZ U VW 15.191	Frota própria	RCO + APP
6	PGV1189	2017	M.Benz / OF 1519 R.ORE	Frota própria	RCO + APP
7	PGA0A93	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCO + APP
8	PGA0B63	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCO + APP
9	PGA0C23	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCO + APP
10	PGA0C73	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCO + APP
11	PGA0D23	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCO + APP
12	PGA0D93	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCO + APP
13	PGA0E53	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCO + APP
14	PGC6I65	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCO + APP
15	PEY6H44	2010	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
16	PFA5J52	2010	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
17	PFW4B35	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
18	PFW4D15	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
19	PFW4J15	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP

**GERÊNCIA DE TRANSPORTE**

20	PFW5A25	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
21	PFW5A75	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
22	PCC9203	2016	ROMA R3 MB 0-500 R	Frota própria	RCO + APP
23	PCN2J24	2017	ROMA R3 MB 0-500 R	Frota própria	RCO + APP
24	PDJ3809	2019	VW/ 15190 EOD E.HD ORE	Frota própria	RCO + APP
25	PDJ3839	2019	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
26	QYB9597	2019	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
27	QYC2902	2019	CAIO MB LO 916. ORE	Frota própria	RCO + APP
28	RZP8G49	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
29	RZP8G79	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
30	RZP8G89	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
31	RZP8G99	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
32	RZP8H29	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
33	RZP8H39	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
34	RZP8H49	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
35	RZP8H79	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
36	RZP8H89	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
37	RZP8I09	2022	CAIO MB LO 916. ORE	Frota própria	RCO + APP

**GERÊNCIA DE TRANSPORTE**

38	RZP8I19	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
39	RZP8I29	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
40	RZP8I39	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
41	RZP8I49	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCO + APP
42	RZQ7I09	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
43	RZQ7I99	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
44	RZQ7J19	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
45	RZQ7I89	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
46	RZQ2H19	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
47	RZQ7I49	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
48	RZQ7I29	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
49	RZQ7I79	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
50	RZQ7I59	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
51	RZQ7I69	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCO + APP
52	SOO3B10	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCO + APP
53	SOO3E30	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCO + APP
54	SOO8D90	2024	FOZ F2500 - CAIO	Frota própria	RCO + APP

**GERÊNCIA DE TRANSPORTE**

			IVECO 15-210		
55	SOO4C40	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCO + APP
56	SOO5D30	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCO + APP
57	SOO3H70	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCO + APP

**LOTE 2: SEGURO DE COBERTURA PARA O VEÍCULO COMBINADOS COM  
RCO + APP.**

Nº	PLACA	ANO	MODELO	ORIGEM	TIPO DE COBERTURA EXIGIDA
1	SNL1H71	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
2	SNL0H81	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
3	SNL0I01	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
4	SNL1J31	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
5	SNM1A76	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
6	SNM1B06	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
7	SOB5H55	2024	V8L EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
8	SNZ4B44	2024	ACCESS EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
9	SOD9A93	2024	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP

**GERÊNCIA DE TRANSPORTE**

10	SOD7B10	2024	V8L EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
11	SOF1D09	2024	ACCESS EO	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
12	OYS4603	2023	MICROÔNIBUS CITYCLASS 70C17	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
13	KGT1656	2009	GRANDMDI VW 17.230	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP
14	QYU5H52	2021	IVECO / BUS 10.19 OE	Frota cedida	Compreensiva + RCO + APP



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 29BC-3788-2D3A-18E9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DANIELA PEREIRA DOS PASSOS (CPF 041.XXX.XXX-48) em 01/08/2025 13:53:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/29BC-3788-2D3A-18E9>